

Projeto que cria Cidade Estrutural é aprovado em 1º turno na Câmara

Antônio Cunha

A Câmara Legislativa aprovou ontem em primeiro turno e por unanimidade, o projeto do deputado José Edmar (PSDB) que propõe a criação da Cidade Estrutural, próxima à Via Estrutural, onde fica a invasão do Lixão. Cerca de mil pessoas, entre invasores do Lixão e integrantes do Movimento dos Inquilinos do Distrito Federal, lotaram as galerias da Casa para acompanhar a sessão. Elas festejaram a aprovação do projeto com 19 votos a favor. Cinco deputados saíram do plenário na hora da votação: Cláudio Monteiro (PPS), Maria José Maninha (PT), Renato Rainha e Jorge Cauhy do PL e César Lacerda (PP).

De acordo com a emenda ao artigo 1º do projeto, a ocupação da Cidade Estrutural deverá obedecer no seu ordenamento territorial o uso misto do solo, com lotes destinados a habitação e atividades de indústria e comércio, e de prestação de serviços. Ao final da sessão, o deputado José Edmar saiu emocionado. "Há aproximadamente oito anos que esetamos nessa luta", explicou. Segundo ele, a criação da Cidade Estrutural representa uma mudança na política habitacional para o Distrito Federal.

"Será uma cidade completa, com comércio e indústria e habitação e que possa atender tanto ricos como pobres", garante Edmar. Para passar no 2º turno de votação da Câmara Legislativa a criação efeti-



Mais de mil manifestantes acompanharam a votação à sessão que aprovou a criação da Cidade Estrutural

va do Cidade Estrutural depende, entretanto, da conclusão do relatório do Rima (Estudo de Impacto Ambiental), que definirá ou não as áreas destinadas ao assentamento de pessoas e à instalação de indústrias. Mesmo com esta ressalva, o autor do projeto não considerou apressada a votação do projeto.

"A vontade de um povo não pode ser inviabilizada pelas questões técnicas e nosso dever é de encaminhar o projeto para o Executivo. Se depois for constatada a im-

possibilidade da criação da Cidade Estrutural no local, nós voltaremos a discutir a questão", disse o deputado. "Precisamos encontrar um termo que atenda a todos os segmentos da sociedade. Foi assim com o Acampamento da Telebrasília, que teve relatório do Rima contrário ao assentamento e, mesmo assim, as pessoas não foram removidas", completou.

Sem Resistência — A aprovação do projeto, em primeiro turno, não

encontrou resistência nos parlamentares petistas. Segundo a líder do Governo, deputada Lúcia Carvalho (PT), foi feito um acordo com o deputado José Edmar para que o projeto fosse aprovado na primeira votação do plenário. "O governo Cristovam defende um assentamento combinado, com lotes industriais e parcelamento para a habitação. Mas a discussão para a finalização do projeto terá uma avaliação mais ampla no 2º turno", garantiu a petista.

Sessão fica lotada por manifestantes

Com cartazes e faixas erguidas, cerca de mil moradores da invasão da Estrutural e do movimento dos Inquilinos tumultuaram a sessão da Câmara Legislativa ontem de manhã. Mesmo o adiamento da votação do projeto que propôs a criação da Cidade Estrutural para o final da Ordem do Dia, não desanimou os manifestantes postados em frente à galeria que dá acesso ao plenário.

"Saí de Samambaia e vim andando da rodovia até aqui", disse Marcos Sérgio Gomes, garantindo que ficaria para a votação do projeto. "Preciso de um lote. Estou desempregado e cuido sozinho de dois filhos gêmeos de oito anos", explicou. Mesmo depois da aprovação do projeto em primeiro turno, alguns manifestantes protestaram pedindo a saída do governador Cristovam Buarque do governo. "Estou esperando há quatro anos um lote. Pensei que ele iria cumprir a promessa de dar lote para os necessitados", reclamava a vendedora ambulante, Rejane Borges.

Sueli Rodrigues, da Comissão de Organização do Movimento Comunitário do DF e uma das responsáveis pela manifestação de Inquilinos ontem na Câmara Legislativa, disse que a reivindicação dos "sem-lotes" não era só para a aprovação da Cidade Estrutural, mas por distribuição de lotes no Riacho Fundo e no Recanto das Emas. "Não podemos esperar uma nova avaliação da Shis. As pessoas precisam de lotes agora", disse Sueli.

Apesar de satisfeita com a aprovação do projeto do deputado José Edmar (PSDB), o vice-líder da Associação dos Inquilinos do Cruzeiro, Francisco Pires, disse que a luta não pára aí. "Mesmo se for aprovada a construção da Cidade Estrutural, teremos que tomar cuidado. Tememos que os empresários tomem conta do lugar", disse. Depois da votação do projeto, os manifestantes se concentraram em frente à Câmara Legislativa.

Kalume diz que decisão é 'crime'



Arquivo

O vice-presidente da Federação das Indústrias do DF, Evandro Kalume, reagiu com ironia à aprovação da Cidade Estrutural. "Parabéns à Câmara Legislativa, que deveria zelar pela qualidade de vida em Brasília, por aprovar um projeto ilegal, sem sequer ter poderes para isso", afirmou. Para Kalume, a Câmara está repetindo "a política dos governos anteriores, que tanto mal provocou à cidade, exclusivamente de olho nos votos".

"Isso que a Câmara está fazendo é crime", protestou, acrescentando que o Relatório do Impacto sobre o Meio Ambiente (Rima), emitido pelo Ibama, impede o assentamento urbano no local. Kalume lembra ainda que a própria Secretaria do Meio Ambiente e Tecnologia (Sematec) emitiu parecer neste sentido. "Além do mais, o

Lixão está localizado ao lado do Parque Nacional, de jurisdição do Governo Federal, onde não pode ter ocupação urbana", disse.

Kalume acredita que assim que for aprovado definitivamente o projeto de criação da Cidade Estrutural

ral, a promotoria do Meio Ambiente deverá contestá-lo na Justiça, pedindo a anulação. Ele salienta ainda que há muitos anos a área está prometida ao setor produtivo da cidade. "Em 30 dias estaria pronto, mas o governador Roriz não quis. Cristovam Buarque prometeu resolver a situação e agora deve estar numa situação difícil com esta decisão da Câmara Legislativa", acrescentou.

Alerta — O vice-presidente da Fibra alertou ainda para o fato de que as empresas locais vão fugir de Brasília e se instalar no Entorno, que oferece área para sua instalação. "Os deputados estão jogando com a vida da cidade", disse. "Ofereceram 120 mil lotes para 600 mil famílias. Vão fazer isso de novo e ninguém sabe o que será da qualidade de vida", disse.

Moradores demonstram ceticismo

Os moradores do Lixão não se entusiasmaram com a aprovação, em primeiro turno, da Cidade Estrutural. O projeto do deputado José Edmar passou por unanimidade pela votação dos distritais. Entretanto, a reação dos principais interessados foi de indiferença. "Isso é só conversa. Duvido que transformem isso aqui em uma cidade. Eles querem tirar a gente daqui porque fica perto do Plano", afirmou José Felismino Neres, 21 anos, morador do local há três com a mulher e um filho.

"Esta conversa toda apareceu depois que um monte de gente montou os barracos aqui há três meses", contou Maurício Soares, 21 anos, que mora no Lixão desde os três. Desconfiado, ele acredita que as votações na Câmara podem estar sendo feitas para beneficiar principalmente os novos invasores. "Nestes anos todos de Lixão, a gente sempre ouviu dizer que iam tirar a gente. A única coisa que aprecia aqui era a Polícia. E agora es-

ta novidade", desabafou.

Para Felismino Neves as conquistas conseguidas até o momento só podem ser creditadas ao trabalho da Associação. "A gente vive da reciclagem de lixo e das chácaras que ficam aqui perto. A cidade pode acabar com isso", afirmou, acrescentando que, de qualquer modo, será bom ter rua asfaltada, luz e água encanada. "Mas com emprego", ressaltou.

Preconceito — Os moradores do Lixão reclamam do tratamento que recebem dos "vizinhos" do Cruzeiro e do Plano Piloto, além da própria Imprensa, que segundo eles, insiste em considerá-los miseráveis. "Toda vez que um jornal ou TV vem aqui, sai dizendo que a gente come os restos do lixo", afirmou José Silva. "A gente vive da reciclagem e ganha dinheiro com isso", acrescentou, revelando que os trabalhadores do Lixão recebem, em média, três salários mínimos por mês.

Para o casal Carlos Alberto, 19 anos, e Kátia Regina Silva, 18, a criação da Cidade Estrutural não vai beneficiar muitas pessoas. Eles moram há três meses no barraco da tia de Carlos Alberto, mas não são inscritos na Shis. Os dois estão casados há três anos, período em que perambulam por diversos assentamentos na tentativa de conseguir um local para morar. Kátia Regina têm dois filhos, de cinco anos e de um mês, razão pela qual não consegue arranjar emprego como doméstica. "A gente veio de Santa Maria porque o salário do Carlos não dava para pagar os R\$ 70 de aluguel", disse.

Como o rádio está queimado e a televisão "paraguaia" pifada, a família passa o tempo olhando uma fogueira acesa em frente ao barraco. "Aqui é difícil de se viver, mas ainda é melhor do que pagar o salário todo de aluguel", comentou o pedreiro Carlos Alberto, que recebe R\$ 150,00 por mês.